

Técnicos vão avaliar segurança de dez casas em Guimarães

Derrocada. Estrada vai ficar encerrada durante quinze dias. Quando o terreno abateu o empreiteiro estava no local com um funcionário a reparar fissuras na zona das garagens

HELDER ROBALO

Cerca de oito mil metros cúbicos de terra e pedra vão manter encerrada, durante pelo menos 15 dias, a circular que liga Guimarães e Fafe e cujo deslizamento de terras deixou dez famílias provisoriamente desalojadas. Ontem, o presidente da Estradas de Portugal, António Ramalho, anunciou que o local será consolidado com um muro de contenção para garantir a segurança daquela zona.

Para já a prioridade – garantem a autarquia e a Estradas de Portugal – é a reabertura da via e a verificação da segurança das habitações. Para mais tarde, segundo o presidente da Câmara de Guimarães, fica o apuramento de responsabilidades. António Magalhães rejeita ainda que a obra tenha sido embargada, asseverando que “não há nenhum elemento negativo no que foi o percurso de vida do projeto imobiliário”.

Certo é que o terreno começou a dar sinais de instabilidade na tarde de terça-feira e o empreiteiro deslocou-se ao local com um funcionário para proceder a uma reparação de umas fissuras que terão surgido na zona das garagens, área que veio a aluír. Luís Fernandes, um vizinho, estava junto ao muro que ladeia as moradias quando o terreno se abateu sobre a circular. “Estava ali ao sol, a falar com o senhor Fernando, o dono da obra”, conta.

“Isto eram terrenos agrícolas e que estavam baldios há 14/15 anos”, adianta. Luís Fernandes garante que junto às moradias existiam várias correntes de água, a maioria das quais “estavam já secas”. “Há muitos anos que não vinha chuva assim e agora o terreno ressentiu-se”, assegura. Com experiência na área da construção civil, em que diz ter trabalhado “até aos 75 anos”, Luís Fernandes proferiu que, na sua opinião, o local não era o mais indicado para a construção imobiliária. “Disse algumas vezes ao senhor Fernando: ‘Olhe que as terras são moles’, mas ele dizia que não havia problemas.”

E a verdade é que no final de tarde de terça-feira apanhou um grande susto. “Aquilo deu um abalo tremendo e depois as terras começaram a cair”, admite, enquanto relembra que “o senhor Fernando e o funcionário ainda tiveram tempo de desengatar a máquina e fugir” antes do deslizamento.

O autarca local afiança que “há naturalmente pessoas que terão de assumir responsabilidades em



Terras que se abateram sobre Circular de Guimarães podiam encher 800 camiões

função do que se passou”, mas remete para mais tarde esse apuramento. Embora saliente que “a câmara, se tivesse alguma responsabilidade, não fugia a ela”. Após uma visita ao local, António Ramalho explicou que “a solução mais adequada para resolver o problema é fazer um pequeno muro de contenção”, que permita evitar novo deslizamento. O presidente da Estradas de Portugal defendeu que, para já, os trabalhos vão centrar-se na abertura de uma via central que permita trabalhar em segurança na remoção da terra e pedras que invadiu a estrada.

“Esperamos, muito dependentes das condições climáticas, que no prazo de 15 dias possa haver reabertura de uma ou de duas vias, de preferência duas vias”,

PREVISÕES

Chuva continua mas o sol já vai aparecer

As temperaturas vão descer ligeiramente hoje e amanhã, mas a chuva promete dar algumas tréguas. E só no sábado deverá voltar ao Norte do País, de acordo com as previsões do Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Mas mesmo os dias de chuvas serão pontuados por momentos de sol e algumas nuvens, apontam as previsões. As temperaturas máximas vão rondar os 17 graus e as mínimas 4 graus.

sou António Ramalho. Com um tráfego médio diário de 20 mil veículos, que agora terão de recorrer à Nacional 101 ou à A7 para fazer a ligação entre Fafe e Guimarães, o presidente da Estradas de Portugal apelou à compreensão dos automobilistas durante este período.

Porém, a polémica está instalada. O presidente da Junta de Freguesia de Mesão Frio criticou a instalação das habitações num aterro cujas terras não estariam consolidadas. O presidente da Câmara de Guimarães apelidou Alcino Sousa de “irresponsável político” e garantiu que uma equipa técnica especializada irá apurar as condições de habitabilidade das casas, para avaliar até que ponto podem voltar a ser ocupadas “tão depressa quanto possível”.

3 PERGUNTAS A...

“Não é comum fazer casas sobre aterro”



CARLOS MATIAS RAMOS
Bastonário da Ordem dos Engenheiros

O presidente da Junta de Freguesia de Mesão Frio disse que as casas afetadas pela derrocada de terça-feira à noite estavam parcialmente construídas em cima de aterro. A qualidade dos solos é verificada antes da construção? Hoje em dia temos conhecimentos técnicos que permitem avaliar a qualidade dos solos e prever o risco induzido pela construção para a estabilidade desse solo. Mas tudo depende da identificação que é feita pelos planos diretores municipais, que são o principal instrumento para avaliar o risco dos terrenos.

É normal fazer construções assentes em aterro?

Não é muito comum nem muito aconselhável. Mas existem mecanismos para tornar estas construções seguras, embora seja preciso um grande conhecimento técnico. O aterro é usado para permitir que determinadas zonas de terreno que não são propícias à construção passem a ser, mas não é o solo mais desejável para construir.

Quem é que falha nestes casos, as autoridades que calculam os riscos ou os proprietários que por vezes querem construir em locais pouco seguros?

Os planos diretores municipais têm a responsabilidade de dizer onde se pode e não construir para evitar que as pessoas façam casas onde o risco é maior. A função do Estado é exatamente regular para garantir que o bem privado não se sobrepõe ao bem público.

Multirriscos cobrem fenómenos da natureza

SEGUROS Apesar de incluídos na maioria dos seguros, cobertura dos danos depende da taxa que foi contratualizada com seguradoras

As empresas têm vindo a pagar mais indemnizações relacionadas com acidentes naturais. Sem precisar números, fonte da Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) disse ao DN que “estes fenómenos da natureza têm ocorrido com um intervalo de tempo muito menor do que acontecia antes,

por isso há mais participações”.

Segundo o mesmo responsável, as empresas e habitações estão cobertas por seguros multirriscos e, em Portugal, “a esmagadora maioria” cobre o risco de fenómenos da natureza. “Só uma pequena minoria não tem cobertura”, acrescenta. A questão é, ressalva, que tudo depende da taxa de cobertura. Quanto mais elevada for a franquia menos o cliente paga de prémio, mas, em caso de acidente, há também uma maior responsabilidade para reparar o dano. No caso dos automóveis, o seguro base só

engloba a responsabilidade civil.

A tragédia mais grave da história da atividade seguradora em Portugal aconteceu em novembro/dezembro de 2012, na Madeira, onde as indemnizações chegaram aos 140 milhões de euros, informou o mesmo responsável da APS. O mau tempo registado no continente nos dias 18 e 19 de janeiro teve custos globais de 83 milhões de euros (entre indemnizações já pagas e provisões constituídas), com uma média de 2044 euros por sinistro. Valores que à data ultrapassaram de forma si-

gnificativa as primeiras estimativas da APS, pode ler-se na página da Internet daquele organismo.

Já no caso do tornado que afetou o Algarve a 12 de novembro de 2012 as indemnizações pagas e provisões constituídas chegaram aos três milhões e trezentos e trinta mil euros, com um custo médio de 3620 euros por acidente.

A mesma fonte ressalva que as seguradoras “só se responsabilizam por aquilo que assumiram e que tudo o que seja infraestruturas do Estado não entra nessa contabilização”. J.B.